



Admonet in somnis et turbida terret imago.

Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

LISBOA 27 DE JUNHO.

A junta do Porto aceitou os artigos da mediação. Se a guerra ainda dura a culpa não é della, é dos fedifragos que não cumprem o que prometteram. Eis-aqui o documento da acceitação.

« Illm.º e exm.º sr. — A junta provisoria do governo supremo do reino aceitou os quatro artigos primitivamente apresentados pelos commissarios dos governos de S. M. B. e S. M. C., porém entendeu que sem prejuizo desta acceitação ella deve pôr na presença de S. M. F. uma exposição respeitosa e sincera das circumstancias, que importa levar ao seu real conhecimento para remover quaesquer obstaculos, que possam impedir ou demorar a prompta e leal reconciliação de todos os portuguezes em volta do throno de S. M. F. Para esta importante e honrosa missão nomeára a junta o Marquez de Loulé, par do reino, no qual concorrem todas as circumstancias para poder desempenha-la dignamente, a aprasimento de todos. A junta em nome de toda a nação espera de V. ex.ª a mais efficaz cooperação neste negocio, do qual depende a felicidade e a paz futura deste paiz. A junta aproveita esta occasião para renovar a V. ex.ª os protestos da sua alta estima e consideração. — Porto, e palacio da junta provisoria do governo supremo do reino, em 5 de Junho de 1847. — Illm.º e exm.º sr. G. H. Seymour, ministro plenipotenciario de S. M. B. junto á côrte de Lisboa. — *José da Silva Passos* vice-presidente — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Antonio Luiz de Seabra* — *Sebastião d'Almeida e Brito.* »

O Marquez de Loulé veio a Lisboa; poucas e faceis de cumprir eram as suas exigencias — queria a execução fiel dos artigos do protocollo, queria um ministerio que não fosse cabralista.

Sabemos que o actual gabinete declina o laheo de cabralista desde que esse epitheto se reputa infamia, e é uma inhabilidade para o poder; mas a justificação é impossivel. Fallamos de cada um delles.

O conde do Tojal serviu todo o tempo que durou o ministerio Cabral; teve parte em todas as iniquidades daquella odiosa administração; concorreu para os fuzilamentos nas eleições; propòz, sustentou e publicou essas famosas leis

de impostos que foram a origem do pronunciamiento do Minho. E' par e conde do Costa Cabral, e achando-se em Londres quando houve a tenebrosa noute de 6 d'Outubro quiz justificar perante lord Palmerston aquelle golpe d'estado.

O sr. Almeida Proença foi um strenuo defensor de todas as arbitrariedades cabralinas. Par e conselheiro d'estado do Costa Cabral allegava esta circumstancia para se desculpar de todos os votos que dava. Encarregou-se uma vez de apresentar uma representação contra a agiotagem da companhia confiança, deu rasão aos signatarios della, e por fim não cumpriu a palavra confessando que os Cabraes haviam exigido delle que faltasse a ella! N'uma reunião cabralista foi de voto que os prisioneiros de Torres Vedras fossem para Angola!

Ora se estes dous houens não são cabralistas quem é que o será? Somo-lo nós de certo, é-o a Maria da Fonte, é-o a junta do Porto.

Cabralista é tudo quanto apoiou a ominosa administração cabral; é tudo quanto concorreu com o seu voto e com os seus actos para sustentar aquelle ministerio que fez a ruina do paiz, é tudo quanto se oppòz aos esforços da opposição para o derribar.

Quem diz Cabraes diz toda a sua maioria. Não se entende, não se pôde entender outra cousa.

O ministro da guerra é barão do Cabral — pertence a essa enxurrada que deslustra a nobreza portugueza: foi elevado áquelle titulo não só pelas suas opiniões, mas pelo sangue que fez correr no districto de Coimbra nas eleições de 1845. O marechal Saldanha achou-o prompto para apoiar a contra-revolução de 6 d'Outubro, e deu-lhe o commando da 2.ª divisão militar contra a lei porque era official reformado; e foi dos que concorreu para o assassinato horroroso do juiz de direito Joaquim Rodrigues de Campos.

O ministro dos negocios estrangeiros foi sempre cabralista. Sem voto no parlamento era um dos berradores a favor daquella desastrada administração nas arcadas do Terreiro do Paço. Creatura do Dietz era um admirador da noute de 6 d'Outubro, cujo plano, depois de o elogiar, modestamente attribuiu a si. Recebe as inspirações que de Madrid lhe manda Costa Cabral, e ainda depois de ministro é um humilissimo servo daquelle celebre estadista.

É o sr. Manoel Duarte Leitão? Oh! esse não tem princípios. Sustenta hoje o que amanhã combate. Ora entende d'um modo os artigos da carta, ora d'outro. Hoje acha-se encarregado de dirigir a politica do *Diario*, de corrigir os absurdos do capellão do ministerio, e como o faz? Vêda todos esses artigos, percorrei as columnas daquela folha desde 28 de Abril, e achareis a apologia constante dos Cabraes e uma uma continuada diatribre contra tudo quanto cheira a popular. Lançai os olhos para o *Diario* de 20 de Maio, e ahí lereis uma ladainha de encomios á administração anterior á revolução do Minho. *Então (diz elle) havia paz, segurança, ordem e abundancia; depois appareceu desordem, penuria, descredito e confusão!*

Que será isto se não ser cabralista? Cabralista é o que segue os principios politicos dos Cabraes, e o sr. Duarte Leitão é um dos seus maiores apologistas. Se não os ama como pessoas, abraça as suas doutrinas; e nós não temos nada com aspeosos dos Cabraes, que podem ser excellentes, mas temos tudo com a sua politica que é detestavel.

Por isso é que a junta do Porto não tem desarmado. Nomeie a rainhá... Perdoem-nos o engano — nomeie o sr. Seymour um ministerio na conformidade do artigo 4.º do protocollo, e tudo se arranjará em bem, não correrá mais sangue, e esse jugo vergonhoso dos alliados parecerá menos pesado.

A administração é cabralista por que estão em pé todos os seus instrumentos. Os assassinos por ahí andam armados, Costa Cabral representa a rainha em Madrid, todas as suas creaturas são os que teem na mão a força publica, Saldanha, o causador de tantos males, commanda a cohorte dos janisaros que assolaram o paiz e dizem-nos depois disto que o ministerio não é cabralista? Com taes agentes era cabralista a propria junta do Porto se estivesse no poder. O cabralismo é um systema complexo, é a administração com todas as suas rodas, é o governo do estado em todas as suas jerarchias.

Não é necessario esmagar o Porto, é politico faze-lo. Tudo aquillo dispersa, tudo entra na obediencia da rainha logo que esta (ou os alliados) dêem garantias de lealdade, e essas garantias estão no cumprimento do que lhe diz respeito.

A junta cumpriu; cumpra agora a corte, ou esses soberanos que nos governam, o que prometteram.

E a nós sobra-nos rasão. Lord Palmerston não quiz entabolar negociações com a rainha em quanto está lhe não passou um escripto de obrigação. Ahí publicamos esse acto de vergonha da corôa. É um despacho de 5 de Abril: diz nelle lord Palmerston a sir Seymour.

«Se o governo portuguez consentir em adoptar a linha de conducta proposta pelo gover-

«no de S. M. B. torna-se de absoluta necessidade, antes da partida do coronel Wilde para o Porto, que procureis obter um documento escripto que demonstre as intenções de S. M. F. pela fórma enunciativa no meu primeiro despacho; por que seria da maior inconveniencia que um official inglez fosse portador de uma similhante communicação por parte da rainha de Portugal para que S. M. se obrigasse para com o governo britannico de fórma tal que no futuro se tornasse impossivel aos seus ministros, officiaes, ou conselheiros o infringirem ou illudirem uma parte qualquer dos compromettimentos em que se constituiu para com o governo de S. M. B.»

A rainha deu esse escripto — foi a venda da sua alma ao diabo, foi a entrega da sua corôa ao estrangeiro! Quem respeitará d'ora em diante similhante rainha? Quem ha de resgatar aquelle escripto fatal? Oh vergonha, oh deshonra!

Se lord Palmerston desconfiou, permitta-nos que desconfiemos tambem, nós que perdemos mais do que elle; e se ahí ha boa fé terminem essa guerra assoladora accendendo aos termos honrosos que a junta accitou, e cumprindo aquelles que nós são favoraveis.

É injuriosa a exigencia de querer que Saldanha entre no Porto. O poltrão que nunca soube atacar os valentes não deve pôr alli pé. Se a nossa causa é a da justiça, se a da corte, como dizeu os ministros Inglezes é a do despotismo, para que ha de este ir assoberbar os muros de uma cidade heroica? Para que se hão de humilhar os defensores da liberdade pelos satellites desse despotismo stygmatisado no protocollo?

Todo o sangue que correr deve cair sobre a cabeça dos alliados, que o podem evitar e não evitam. A junta cumpriu o seu dever.



INGLATERRA.

CAMARA DOS COMMUNS.

Sessão de 14 de Junho.

«Mr. Borthwick citou o procedimento de Canning em 1826 que veio á camara pedir auctorisação para interferir nos negocios de Portugal. Diz-se para justificar a intervenção que se nós não interferissemos, interferiria a Hespanha. Esta resposta é inepta, esta politica é uma politica de medo. O principio da não interferencia conduziria a um absurdo se se entendesse que nós deviamos praticar uma acção deshonrosa associando-nos áquelles que a quizessem praticar; pelo contrario esse principio significa que nós não só não devemos intrrometer-nos nos negocios demesticos dos outros estados, mas que não devemos consentir que os outros se intromettam.

«Diz o ministerio que vai segurar alli a carta de D. Pedro; mas a unica cousa que elle faz

é dar áquelle povo a esperanza da alma d'uma constituição morta.

« E aonde está a garantia? Na boa fé da rainha! lord Palmerston brinca: a boa fé da rainha! A rainha de Portugal é tão inconstante como a fortuna — fallar na boa fé da rainha é o mesmo que dizer *lucus à non lucendo*.

« Mas a rainha garante uma amnistia! Olhem que milagre, que sacrificio! A rainha é que devia pedir uma amnistia ao seu povo a quem tem offendido; e a nossa mediação devia ser sómente para que o povo lha dêsse, e não para fazermos do almirante Parker o sub-carcereiro da rainha.

« Accrescentou que o coronel Wilde não era mediano, mas um agente da facção cabralista, e que não havia na sua carreira um só acto de imparcialidade. Por fim concluiu:

« Lord Palmerston quebrou a alliança que existia entre os dous paizes, alienou as affeições do povo portuguez, sacrificou as suas liberdades, lançou os fundamentos d'um despotismo futuro e injuriou irrevogavelmente o prospecto da liberdade europeia.

Lord *Manners* disse:

O estado de Portugal é este: — o povo desesperado e enfurecido, a nobreza proscripta e alienada, uma administração fraudulenta e perjura, um thesouro fallido.

« Em 20 de Outubro escrevia mr. Bulwer de Madrid a lord Palmerston. « Sei que o marechal Saldanha pediu ao encarregado de negocios hespanhol em Lisboa a intervenção armada, e creio que tambem escreveu á França e Inglaterra mencionando os receios de se tornar mi-guelista a conspiração, e pedindo o auxilio da quadrupla alliança com esse pretexto. » Isto mostra que os cabraes desde o principio da questão só viram a salvação na força estrangeira; isto mostra que a revolução é inteiramente popular.

« A 11 de Fevereiro lord Palmerston escrevendo ao coronel Wilde disse: « A interferencia de Hespanha debaixo do tractado da quadrupla alliança destruiria a independencia de Portugal; e seria contraria á honra e dignidade da coroa portugueza, assim como repugnante aos principios que dirigem a politica externa da Grã-Bretanha. » Como é que se quiz agora destruir essa independencia? Como é que se não attendeu agora á honra e dignidade da coroa portugueza? Como é que variaram agora os principios que dirigiam a politica externa da Grã-Bretanha.

« Não confiou no presente ministerio de Portugal porque é dos adherentes de Costa Cabral, e alguns dos seus membros notaveis pela sua baixa subserviencia.

« Mas se a camara dos communs não pôde chamar d'Angola os infelizes, se não pôde fazer resuscitar os mortos, pôde repudiar o precedente estabelecido pelo seu governo, pôde, se lhe aprouver, proclamar ás potencias da Europa que não esta-

mos ligados por este acto, pôde dizer que protesta contra elle, que o condemna, e que não consente que sirva de regra para o futuro. »

Mr. *Macaulay*, membro do gabinete, disse:

« Não ha duvida que o throno de Portugal tem estado cercado de máos conselheiros: — (ouçam) não ha duvida que tem tomado as medidas mais violentas e mais inconstitucionaes — não ha duvida que alguns actos que eu sinto ser obrigado a designar como crueis, teem deslustrado a historia do governo portuguez. — (ouçam, ouçam, ouçam) não ha duvida que circumstancias teem occorrido que justificam o povo portuguez por desconfiar das seguranças do seu governo (ouçam, ouçam, ouçam.) E não me admira por isso que pessoas que não gostam da interferencia em geral, e que entendem ser má politica a interferencia nos negocios internacionaes dos outros estados, olhem para esta commine particular porque o seu objecto á primeira vista parece realmente ser o livrar um mau governo das consequencias da falta que tem commettido (ouçam) sei isto, mas o governo escolheu de dous males o menor porque não nos ficou senão a escolha de males.

« A rainha de Portugal tem estado constantemente debaixo da tutela dos seus ministros. Se ella quer moderar os seus concelhos, ameaçanna com a renuncia dos seus empregos e commandos. (*)

As invectivas contra a rainha de Portugal são o maior panegirico da nossa conducta. — A primeira queixa é que severos castigos eram impostos aos que pegaram em armas: — nós estipulamos uma absoluta e completa amnistia. Pôde inferir daqui alguém a crueldade da rainha, mas eu infiro antes que de lhe constar muito a aceder a esta amnistia se deve inferir pelo contrario que a hade cumprir. Se podia quebrar a palavra tão facilmente para que havia de resistir a dá-la? Mas observai o processo. Ao principio disse ella: *concordo em não haver pena capital, mas é preciso deportar algumas pessoas de Portugal.* Não (dissemos nós). *Não quero manda-los para um exilio cruel e distante — só os mandarei para Pariz. Terão os seus soldados regularmente pagos, e o governo dar-lhe-ha alguma cousa para as despesas.* Nem uma milha fóra do territorio portuguez. *Só deportarei 18? Não. 16? Não. 14? Não. 12? Não.* Nem um (grandes applausos. E é pusilanime este procedimento do governo inglez que não consente que nem um só membro da junta seja enviado para Pariz dez mezes do anno? (ouçam, ouçam).

(*) Não é assim. A rainha é mais sanguinaria que os seus ministros. A politica de perseguição é toda della. O tractamento incivil e grosseiro que deu ás familias dos desterrados de Angola não é acto ministerial. A indecencia com que foi desgrenhada ás janellas do palacio noticiar o desastre de Torres Vedras é um facto pessoal.

4
Queixais-vos de não haver côrtes! No segundo artigo estipula-se que as cortes sejam immediatamente convocadas.

Queixais-vos dos cabralistas! O art. 3.º estipula contra a entrada delles para o poder.

(Uma voz: «Como garantis vós isso?»)

«Não posso conceber melhor garantia do que esta; — que em vez d'um arranjo entre a rainha e seus subditos tendes um arranjo entre a rainha, Hespanha, França e Inglaterra. Ora estas potencias tem o indubitavel poder de obrigarem a rainha de Portugal a cumprir pontualmente tudo aquillo que nós quizermos.»

Lord Bentinck:

«Disse que o argumento para a interferencia era querer a França e Hespanha interferir; mas que nesse caso o dever da Inglaterra não era violar o principio, mas fazer que as outras potencias o observassem. Que porém não era verdade que as outras nações interferissem sem o auxilio e consentimento da Grã-Bretanha. Verdade é que o sr. Pacheco mostrou desejos de interferencia, mas fazendo-lhe vêr o sr. Bulwer que isso sem o consentimento de Inglaterra podia ter sérias consequências, o sr. Pacheco disse que podia estar certo que nada se faria sem a concorrência do gabinete britânico; e perguntando-lhe M. Bulwer se podia estar certo disso replicou: — *Sim, inteiramente certo, e adoptando estas idéas recusei mandar a Portugal uma legião auxiliar.* Nos despachos de mr. Guizot não se vê se não que elle desejava concertar-se com os seus alliados.

«Os tractados não foram feitos para manter a corôa de Portugal no duque de Bragança e seus herdeiros, mas para manter a integridade do reino e seus dominios; a rainha de Portugal hoje só possui o territorio que as suas tropas pizam; a revolução não é uma insurreição sustentada pelas classes mais baixas do povo, mas debaixo da bandeira do povo militam miguelistas e pedristas, carlistas e septembristas; de 120 cavalheiros da antiga nobreza de Portugal, só 9 estão do lado do governo.

«Dizem que nos dão por garantias a boa fé da rainha de Portugal (ouçam, ouçam, ouçam). Se a garantia da boa fé de D. Miguel em 1833 era uma zombaria, como dizia então lord Palmerston, que é agora se não uma pura zombaria a boa fé da rainha de Portugal? (ouçam, ouçam). Substitui o nome da rainha de Portugal pelo de D. Miguel, e applicai a sentença. E' proverbial a quebra de fé dos juramentos desta soberana. Jurou manter a carta, e violou grosseiramente todas as suas disposições só porque recebeu que o resultado provavel das eleições seria virem ás côrtes deputados que exigissem a expulsão do Dietz e a accusação dos Cabraes, cujo governo por uma gerencia de venalidade e corrupção destruiu a fazenda de Portugal, e no methodo dos impostos recorreu a oppressões inauditas. Orçava a despeza do exercito, e pedia dinheiro para 19 mil homens quando só tinha 10 mil! E' notorio que vendia todos os empregos em Lisboa, menos os de juizes, e escambavam-se os contractos publicos a fim dos Cabraes augmentarem os seus emolumentos. O Cabral era ainda ha cinco annos uma pessoa obscura filho d'um procurador de cau-

sas perdidas d'uma aldeã da Beira, e com tudo não tendo mais de 800 libras do seu ordenado annual, appareceu de repente um dos homens mais ricos de Portugal, comprando a quinta de que tomou o titulo de Thomar

O fim de uma lei de saude era criar 5000 empregos para os vender. Portugal todo, homens e mulheres, levantou-se contra a administração cabral. Não é este todo o catalogo dos seus crimes. O povo foi assassinado e roubado por todas as formas — fez-se uma agiotagem vergonhosa com o tabaco, sabão e polvora. Trinta leis diversas passaram sem ser em côrtes, e nas eleições, em vez de serem livres, as tropas foram votar por companhias contra a carta. As listas eram de côres para revelar o segredo do escrutinio. Segundo a carta, a força militar não devia interferir nas eleições, mas os eleitores foram fusilados em muitos logares. Lançou-se um pesadissimo imposto para as estradas, que não eram senão meios de agiotagem. Estas estradas eram entregues a companhias cabralistas. Obras que deviam custar cem custavam tres ou quatro vezes mais. Existem provas irrecusaveis do que José Cabral, um dos dous irmãos, levou 50 millibras pelo contracto das obras publicas entre Lishoa e Porto. Estes grandes roubos para que o povo não podia concorrer pela sua pobreza é que deram logar ao levantamento em massa em 1846. — A rainha disse ao povo — *Confia em mim.* O povo confiou, mas nas vespas das eleições aconteceu o que nós sabemos. Eis-ahi a boa fé da rainha! O seu partido tem sido um partido de sangue. Fez n'uum combate 150 mortos, e um prisioneiro; pelo contrario a junta faz sempre muitos prisioneiros, e quasi nenhuns mortos. E' porque os cabralistas matam os inermes. A rainha quer deportar liberaes. E porque não quer deportar cabralistas?

Tudo isto é que tem feito levantar o paiz inteiro contra ella. Que garantia temos nós para o governo constitucional em Portugal? Diz-se que a rainha não se compromettera para com o seu povo, mas para com a Hespanha, França e Inglaterra. Mas o espirito de independencia está violado, e como pôde o povo continuar a ser governado? O methodo era ter consentido que esse povo se governasse por si mesmo. — Era dever nosso proteger a independencia de Portugal, mas não proscreever leis ao seu povo.»

Eis ahi fica essa memoravel sessão. Não é a ultima, nem das mais salientes. Ainda veremos mais numeros seguites.

A humanidade da nossa affavel soberana ahi fica demonstrada pelo que dizem os membros do gabinete britannico, e nós só nos sorrimos de dó quando ouvimos dizer que a prova da boa fé da rainha é a má vontade com que ella accedeu á amnistia que o rei Palmerston lhe impoz!

Pela nossa parte agradecendo tão miseraveis favores, declaramos que não careciamos delles, e que podem os srs. Macaulay, Palmerston e Lansdowne vender essas finezas á rainha, mas perdem o seu tempo em pertender mostrar que fazem grande obsequio aos populares desaruando-os, e entregando-os inermes á furia d'um partido de assassinos.

O governo inglez não fez senão matar a liberdade neste paiz para fazer a bocca doce ao marido da rainha Victoria.